



Prefeitura Municipal de Pedra Dourada
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.114.215/0001/07



**PROCESSO Nº 034/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017**

CONTRATO Nº 078/2017

Que entre si fazem, de um lado a Prefeitura Municipal de Pedra Dourada, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ, nº 18.114.215/0001-07, sito a Praça Cristalino de Aguiar, 20, Centro, Município de Pedra Dourada, Estado de Minas Gerais, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Silvanir Simplicio de Andrade, brasileiro, portadora do CPF nº 829.007.286-49, residente e domiciliado à praça Cristalino de Aguiar, s/nº, centro, neste Município de Pedra Dourada, Estado de Minas Gerais, e, de outro lado **DROGARIA TAVINHO LTDA ME**, inscrito no C.N.P.J. nº 65.196.479/0001-29, I.E. 692749355.00-74, sediado à Rua José Elias, 1647, bairro: São Sebastião, na cidade de Tombos MG, CEP: 36844-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representado por Maria Rita Cortat Proba Lacerda, brasileira, empresária, Carteira de Identidade nº 05190263-3 IEP/RJ, CPF nº 197.217.816-49, residente à Rua José Elias, 1643, Bairro: São Sebastião na cidade de Tombos MG, CEP:36844-000.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente contratação decorre do Processo de Licitação nº 034/2017 Pregão Presencial nº 029/2017, de conformidade com as Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E PRAZO DE ENTREGA

2.1 - Consiste objeto do presente contrato a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de **LEITE** para pessoas com carências nutricionais em manutenção da secretária de saúde.

2.2 - A **CONTRATADA** deverá entregar os itens supra descritos mediante apresentação de Ordem de Fornecimento emitido pela **CONTRATANTE**.

2.3 - Os itens constantes de cada Ordem de Fornecimento deverão ser entregues integralmente em um prazo máximo de até 12 (doze) horas, contados do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - DO PRAZO:

O prazo de vigência do presente contrato será até 06 (seis) meses, contados a partir de sua celebração. Podendo ser prorrogado com fundamentos nos artigos da lei 8.666/93 ou de acordo com o interesse da administração.

3.2 - DO VALOR: O Valor do presente contrato será R\$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais).

3.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Pedra Dourada, preferencialmente no dia 10 (dez) de cada mês.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
PRAÇA CRISTALINO DE AGUIAR, 20, CENTRO
CEP: 36.847-000 - TEL (32) 3748-1004

[Handwritten signatures and initials]



4.1 - Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias N.º: 02.06.10.306.0075.2032.339030 - manutenção carências nutricionais - ficha 543

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada se obriga a:

- 5.13 - Responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessária à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente Contrato;
- 5.14 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, a terceiros, seus empregados ou prepostos;
- 5.15 - Responsabilizar-se pela execução deste contrato;
- 5.16 - Manter o preço apresentado até o final da execução do presente instrumento;
- 5.17 - Comunicar com antecedência quaisquer alterações na data ou quantidade por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;
- 5.18 - Arcar com os Tributos Federais, Estaduais ou Municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como, os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários do mesmo.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O Município se compromete a:

- 6.1. Efetuar o pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato mediante Nota Fiscal.
- 6.2 Comunicar com antecedência quaisquer alterações na data ou quantidade por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

7.1 - Compete a Secretária da Saúde, Suzilayne Aparecida da Silva, acompanhamento, fiscalização e execução do presente instrumento, conforme previsto no art. 67 da Lei 8.666/93.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES

- 8.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da contratada, ficando a mesma, garantida defesa prévia, sujeita às seguintes penalidades:
 - I - Advertência;
 - II - Multa de 5 % sobre o valor do contrato.
 - III - Suspensão temporária de participação em licitação com o município pelo prazo de dois anos;
 - IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no Inciso IV do Art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do encaminhamento ao ministério público para aplicação das sanções criminais previstas no Art. 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Município.

9 - CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO

9.1 - A rescisão do presente contrato poderá ser:

- 9.1.1 - Determinada por ato motivado da Administração, após processo regular assegurado o contraditório e plena defesa, nos casos do artigo 78, Incisos I, XII e XVII e § Único do referido artigo da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Assis
Bozaris *PM*



9.1.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração.

9.1.3 - Judicial, nos termos da legislação;

9.2 - Nos casos de rescisão do contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DOS REAJUSTES

10.1 - Só serão admitidos reajustes de acordo com o Artigo 65 da Lei 8.666/93. Para tanto o contratado deverá comprovar através de planilhas e solicitar por escrito.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES

11.1 - Nenhuma modificação poderá haver no contrato, sem a devida autorização da Contratante.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESPONSABILIDADE

12.1 - A CONTRATADA responde, com suporte nos princípios de culpa objetiva, por danos causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, inclusive os decorrentes de acidente, morte, perdas, extravio ou destruição total ou parcial mesmo que os atos comissivos ou omissivos provocados de danos tenham sido praticados por prepostos, terceiros da CONTRATADA.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INDENIZAÇÃO

13.1 - Ocorrendo a rescisão, o contratado caberá receber o valor dos produtos entregues até a data da rescisão, desde que observados o item 9.2 da Cláusula Nona do presente contrato.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO;

14.1 - A CONTRATADA se compromete a manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, condições estas, exigidas no ato de habilitação e qualificação, quando da realização do processo licitatório.

14.1.2 DO VALOR E CONDIÇÕES ECONOMICAS

Parágrafo único - Os pagamentos será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Pedra Dourada, efetuando-se de acordo com cronograma de desembolso e atestado da Secretaria de Saúde.

14.2 - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

Parágrafo Único - Manter sempre em dia o Cadastro de Fornecedor junto a Prefeitura Municipal, sob pena de incorrer na retenção de pagamento e na responsabilidade de rescisão contratual de acordo com o descrito no artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas;

14.3 - DA RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO:

Parágrafo Primeiro - A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos fornecimentos ora contratados;

Parágrafo Segundo - A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras;

Parágrafo Terceiro - O não cumprimento de qualquer norma emitida pela contratante decorrente da fiscalização efetuada é causa concreta de rescisão contratual;

Assinaturas manuscritas



Prefeitura Municipal de Pedra Dourada
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.114.215/0001/07



O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e demais legislação consolidada.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da comarca de Tombos, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando desde já, os demais.

É por estarem assim justos e de acordo, assinam as partes em duas vias de igual teor e forma, com um só efeito na presença de duas testemunhas, que também o assina.

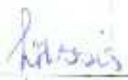
Pedra Dourada, MG, 24 de maio de 2017.

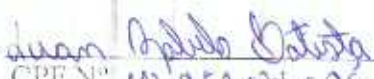

Silvanir Simplicio de Andrade
Contratante

Prefeito Municipal de Pedra Dourada


DROGARIA TAVINHO LTDA ME
Maria Rita Cortat Proba Lacerda
CPF nº 197.217.816-49
Contratada

Testemunhas:

1. 
CPF nº 014.944.467-23

2. 
CPF nº 112.952.576-09



MÁXIMA

CONTABILIDADE

MAXUEL PIRASSOLI FERREIRA

CRC-MG N.º 078546/0-0

Rua Cel. Emilio Soares, nº 1083 Bairro Centro

TOMBOS/MG - Fone 3751-1157

Email: maximacontabilidade@ig.com.br



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de PROCURAÇÃO, **DROGARIA TAVINHO LTDA**, empresa comercial estabelecida em Tombos(MG) na RUA JOSE ELIAS, nº 1647 São Sebastião, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 65.196.479/0001-29, neste ato representado por sua sócia administradora a Sra. **MARIA RITA CORTAT PROBA LACERDA**, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESÁRIA, separada judicialmente, documento de identidade 05190263-3 expedida pelo IFP/RJ, CPF 197.217.816-49, nomeia e constitui seu bastante procurador, o Sr. **DIEGO PROBA LAZZARONI**, brasileiro, casado, balconista, residente em Tombos-MG, inscrito no CPF-MF sob o nº 072.017.846-09, portador da CI nº MG-12672947 expedida pela SSP/MG, ao qual confere e concede amplos, gerais e especiais poderes para gerir e administrar a empresa outorgante, podendo tratar de todos os negócios concernentes à mesma, assinar qualquer tipo de contrato, pagar e receber contas, comprar e vender mercadorias, negociar com fornecedores valores e pagamentos, quer à vista quer a prazo, dar cartas de ordens, cobrar e receber amigável ou judicialmente de seus devedores tudo quanto por qualquer título que lhe seja devido, passa recibos e dar quitação, vender patrimônios da empresa parcialmente ou em sua totalidade, comprar, hipotecar, administrar bens, vender bens imóveis e/ou imóveis; representá-la junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS, PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA, PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIA LEMS, PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA E A TODAS AS PREFEITURAS MUNICIPAIS para fim especial de promover a participação da outorgante em licitações públicas, podendo manifestar-se verbalmente, assinar atas, concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, recursos, fazer novas propostas, rebaixar preços, conceder descontos, prestar caução levantá-las, assinar instrumentos contratuais, receber importâncias caucionadas ou depositadas, transigir, desistir, representá-la perante às agências do BANCO DO BRASIL S/A, HSBC BANK DO BRASIL S/A, BANCO BRADESCO S/A, BANCO CRESSOL (ECOSOL), CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO ITAÚ, COOPERATIVAS DE CRÉDITO, quaisquer outras instituições bancárias em todo território nacional que tratem de negócios da empresa, representá-la junto ao INSS (INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL), MINISTÉRIO DO TRABALHO, DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO, JUSTIÇA TRABALHISTA, DETRANS/CIRETRANS, SEFAZ, PGFN (PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, RECEITA FEDERAL DO BRASIL, JUNTA COMERCIAL MG, CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE MINAS GERAIS, ANVISA, EMPRESAS DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, COMPANHIAS DE SEGUROS, DELEGACIAS DE POLICIA CIVIL E MILITAR, podendo praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer.

Por ser verdade e para que produza todos os efeitos desejados, firmo o presente.

Tombos (MG), 29 de março de 2017.


MARIA RITA CORTAT PROBA LACERDA